

internacional e divisas da zona livre de PSC existente no país; proximidade a reservas naturais, áreas de proteção ambiental ou parques nacionais com fauna de suídeos silvestres; criatório de suínos localizados em áreas periurbanas ou comunidades carentes; áreas com suídeos criados extensivamente; assentamentos rurais ou reservas indígenas; estabelecimentos de criação que fornecem resíduos alimentares (lavagem) aos suídeos; proximidade a lixões; estabelecimento de criação pertencente a proprietário com propriedade em outro país ou em área endêmica; proximidade a graxarias; proximidade a quarentenários de suídeos. Outros critérios de risco foram considerados sob análise do fiscal de Defesa Agropecuária, médico-veterinário, na vistoria da propriedade, tais como: propriedade que recebe suínos de várias origens, propriedade com recebimento de refugos e proximidade a vias públicas. O número de amostras a serem colhidas foi estabelecido de acordo com a tabela 02 da NI n. 5/2009 relativa a número de suínos a serem amostrados. Os resultados de 2014 referem-se ao 4º trimestre e foram de vigilância ativa efetuada em granjas de suínos realizadas em 20 Unidades Regionais da Agência de Defesa da Defesa Agropecuária do Paraná-ADAPAR, em 138 municípios com 189 propriedades monitoradas e 3.829 amostras negativas para PSC em um rebanho total de 100.122 suínos. No primeiro semestre de 2015 foram monitoradas 102 propriedades com 2.386 amostras negativas para PSC de 77 municípios paranaenses em 18 Unidades Regionais em um rebanho total de 87.651. A vigilância em propriedades de maior risco permite o acompanhamento da situação sanitária de rebanho com produção de dados consistentes para suporte aos processos analíticos de risco na suinocultura, documentação de atividades favorecendo a aproximação entre o serviço oficial e a iniciativa privada.

Palavras-chave: Risco. Peste Suína Clássica. Suínos.

23 DISPONIBILIDADE POR MEIO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL DOS ESTADOS DO NORTE

Availability by electronic media information about the service state inspection of North States

SANTOS, T. P.¹; REIS, A. C.¹; PINHEIRO, R. E. E.¹; CARDOSO FILHO, F. C.²; LOUREIRO, A. M.²; KLEIN JUNIOR, M. H.¹

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Universitário do Socopo, Bairro Socopo, CEP: 64039-350, Teresina, PI, Brasil. E-mail: mrpklein@uol.com.br.

² Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI. Av. Bezerra de Menezes, 1.820 - CEP: 60325-002. São Gerardo, Fortaleza, CE, Brasil.

Considerando a importância da internet como instrumento que possibilita a realização de pesquisas, o presente trabalho foi delineado para investigar a disponibilidade de informações na web, em portais dos governos estaduais, relativas às normatizações das atividades do serviço de inspeção estadual nos Estados do Norte do País. A pesquisa foi realizada no ano de 2013 com o uso do buscador *Google*. Para a localização das informações sobre os serviços de inspeções estaduais desenvolvidos pelos Estados foi utilizada uma sequência de buscas a partir da página principal do governo em cada Estado. Consultando os diversos menus existentes, foi estabelecido o acesso à secretaria relacionada à defesa agropecuária estadual. A disponibilidade das informações foi avaliada em função do grau de dificuldade do acesso como ótimo, regular e ruim. A pesquisa das informações quanto à disponibilidade da legislação do serviço de inspeção estadual nos sete Estados da região Norte forneceu os seguintes resultados: a) Pará - a inspeção é realizada pela ADEPARA, o seu site não disponibiliza a legislação relacionada aos serviços de inspeção estadual e foi considerado como ruim; b) Rondônia a inspeção é realizada pela IDARON, o site disponibiliza o tema na íntegra e foi considerado como ótimo; c) Tocantins - a inspeção é efetuada pela ADAPEC, a legislação foi facilmente encontrada no site, o acesso foi considerado ótimo; d) Roraima - a inspeção é realizada pela ADERR, em sua página não foi encontrado nada relacionado com a inspeção estadual e foi considerado como ruim; e) Amapá - a inspeção é realizada pela DIAGRO e as legislações não estão disponibilizadas no site e o da mesma, acesso ruim; f) Amazonas - a inspeção é realizada pela ADAF e a legislação da inspeção não é disponibilizada no site, acesso ruim; g) Acre - a inspeção é realizada pelo IDAF e no site não foi encontrado acesso à lei e ao decreto relacionado à inspeção estadual, sendo considerado ruim. Dessa forma, pode-se concluir que dos sete Estados da Região Norte do país, apenas a IDARON e a ADAPEC, respectivamente dos Estados de Rondônia e Tocantins, disponibilizam na internet as informações pertinentes ao serviço de inspeção estadual.

Palavras-chave: Internet. Inspeção sanitária. Legislação.

24 ATENDIMENTOS A SUSPEITAS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA REALIZADOS PELA AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA EM 2014

Investigation of mandatory notification diseases performed by Agência Goiana de Defesa Agropecuária in 2014

TOLEDO, D. C.¹; NUNES, E. S.¹; SILVA, M. O.¹; LEAL, A. A.¹
¹ Agência Goiana de Defesa Agropecuária, Circular, nº 466, Quadra 87, Lote 02, Setor Pedro Ludovico, CEP: 74675-090, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: denise.toledo@agrodefesa.go.gov.br.

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) é responsável por manter a sanidade animal no Estado de Goiás. Dentre as ações realizadas com essa finalidade, o atendimento à suspeita de ocorrência de doenças de notificação obrigatória figura entre as mais importantes ações de defesa sanitária, uma vez que, quando existe a suspeita, o risco de ocorrência dessas doenças também existe, sendo necessárias ações rápidas para conter a expansão de possíveis focos. Diante da importância de tal ação, o presente trabalho relata a proporção de atendimentos a suspeitas realizadas pela Agrodefesa em 2014, ressaltando-se que não foram contabilizados os atendimentos realizados em outros casos, que não os das síndromes listadas abaixo. Foram analisados os atendimentos à notificação para Síndromes Vesicular (SVE), Nervosa (SNE), Hemorrágica de Suíno (SHE) e Respiratória e Nervosa de Aves (SRN) que ocorreram de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. Os dados foram obtidos dos Formulários Iniciais (FORM-IN), preenchidos no primeiro atendimento, e dos resultados laboratoriais, comunicados à Agência pelos Laboratórios após a conclusão das análises. A porcentagem é utilizada para apresentação dos resultados do estudo. Em 2014, a Agrodefesa recebeu 133 notificações de suspeita de ocorrência de doenças, sendo que destas cinco se referiam a suspeita de SVE, 55 à suspeita de SNE e 73 a suspeita de SRN de aves. No período em questão, não foram notificadas suspeitas de ocorrência de SHE em suínos. Dos cinco atendimentos realizados visando à vigilância para SVE, dois foram diagnosticados clinicamente como Variola, um era condizente com lesões traumáticas e dois tiveram diagnóstico laboratorial negativo para Febre Aftosa e Enfermidade Vesicular, sendo positivos para Pseudovariola Bovina. Dos 55 atendimentos realizados para SNE, 21 tiveram diagnósticos positivos para raiva, sendo sete casos em equinos, 13 em bovinos e um em ovino. Quanto aos 73 atendimentos realizados para vigilância para SRN em aves, todos eles diziam respeito à mortalidade consequente a erro de manejo, não tendo existido nenhuma suspeita fundamentada de Doença de New Castle e de Influenza Aviária. Os atendimentos realizados pela Agrodefesa no ano de 2014 são, em sua maioria, referentes à investigação de Síndrome Nervosa e Respiratória em Aves, representando 54,89% dos atendimentos realizados no período. Em segundo lugar, encontram-se os atendimentos a Síndromes Nervosas, totalizando 41,35% dos casos, sendo que destes casos, 38,18% foram diagnosticados como Raiva. Em terceiro lugar estão os atendimentos a suspeitas de Síndromes Vesiculares, com 3,76% dos casos. No período analisado, não foi realizado atendimento à suspeita de Síndrome Hemorrágica de Suínos. **Palavras-chave:** Atendimento. Notificação de doenças. Saúde animal.

25 UTILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO "5W2H" EM SAÚDE ANIMAL: PLANEJAMENTO DE AÇÕES DO PESS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PLEITO DE ZONA LIVRE DE PSC PELA OIE

Utilization of the tool "5W2H" in animal health: planning PESS actions to operation PSC free zone by OIE

LEAL, A. A.¹; VAL, P. J. S. F.¹; SILVA, M. O.¹; VASQUEZ, R. R.¹

¹ Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA, Agência Goiana de Defesa Agropecuária. Av. Circular, nº 466, CEP 74823-020, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: antonio.leal@agrodefesa.go.gov.br.

O presente trabalho foi conduzido para subsidiar tecnicamente o pleito de Goiás como zona livre de Peste Suína Clássica - PSC pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, delineando e executando um Plano de Ação com a utilização do procedimento 5W2H, para a obtenção de dados à elaboração de Relatório Técnico a ser apresentado ao MAPA em maio de 2015. No mês de outubro de 2014 foi elaborado um Plano de Ação do Programa Estadual de Sanidade Suídea do Estado de Goiás (PESS) pela Agrodefesa, para execução e sensibilização de todos os atores envolvidos no processo de reconhecimento. Assim, para inclusão de Goiás na área livre da doença, foram realizados o levantamento de